

A FORÇA ILOCUCIONÁRIA NOS ATOS DE FALA DO GESTAR II

Gláucia Rejane da Costa¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar uma análise de texto extraído de uma seção de um dos cadernos de Teoria e Prática (TP) de um programa de formação continuada aplicado a professores de português em atividade, o Gestar II, promovido pelo Ministério da Educação do Brasil. Sua realização apoia-se na Teoria dos Atos de fala, desenvolvida inicialmente por Austin (1962) e debatida, posteriormente, por outros filósofos, entre os quais está Searle (1969), o de maior expressividade. Para isso, considera a taxonomia dos atos ilocucionários deste último como aspecto importante para uma análise na perspectiva da pragmática ilocucional. Na análise dos processos linguísticos que marcam a força ilocucional de um ato de fala, aborda a modalização, a par das contribuições de Castilho e Castilho (1993) e Koch (2002, 2004).

Palavras-chave: Atos de fala. Pragmática Ilocucional. Professor. Gestar II.

Abstract: This study intends to presents an analysis of some speech acts of the subject who enunciates from Gestar II, an educational program of formation from the Ministry of Education of Brazil applied to Portuguese teachers from Brazilian public schools. The work is based on the framework of the Theory of Speech Acts, initially developed by Austin (1962) and treated afterwards by other philosophers, being Searle (1969) the most prominent. In this analysis, we have considered Searle's speech acts taxonomy as an important aspect in order to study the linguistic acts according to the Illocutionary Pragmatics. In order to analyze the linguistic processes related to the speech acts, it focuses on the study of modalization, according to Castilho (1993) e Koch (2002, 2004)

Keywords: Speech acts. Illocutionary Pragmatics. Teacher. Gestar II.

1 INTRODUÇÃO

A realização de uma análise de atos de fala mobiliza a construção de uma fundamentação teórica que reúna conceitos relevantes aos estudos da linguagem na perspectiva da Pragmática, ciência do uso linguístico, que analisa o uso concreto da linguagem, levando em conta seus usuários e as condições em que se dá essa prática, ou seja, estuda a língua associada a sua produção social, na medida em que concebe a linguagem como fenômeno social, comunicativo e discursivo. (ARMENGAUD, 2006)

Proceder à análise não só da frase, mas desta enquanto texto constitui-se um dos grandes avanços nos estudos da linguagem. A Pragmática surge da necessidade de superação de uma linguística frasal, incapaz de dar conta dos estudos da linguagem na

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

sua relação com o usuário. Para isso trata da linguagem em uso, em diferentes contextos, assim como é utilizada por seus usuários para a comunicação. Interessa-se pela nossa experiência concreta da linguagem, pelos fenômenos linguísticos com que efetivamente lidamos nas situações comunicativas reais.

A importância desse ramo da linguística reside em dois aspectos apresentados por Silva (2005, p. 42- 43): o fato de considerar o tratamento dado à linguagem a partir do seu uso pelos interlocutores, atentando para a ação que uns exercem sobre os outros; e a concepção do sujeito da enunciação enquanto agente da interação social, atribuindo-lhe lugar de destaque nos estudos de certos fenômenos linguísticos. Tais aspectos motivam e favorecem a escolha de uma das suas vertentes – a Pragmática ilocucional – como base norteadora da análise do corpus escolhido para esse estudo que nos propomos a realizar.

É sobre essa relação entre esse sujeito enunciador e as situações concretas em que realiza os seus atos de fala que pretendemos discutir nesse estudo, fundamentados na Teoria dos Atos de Fala, a par das contribuições de Austin (1962) e Searle (1969), mediadas por Koch (2002), Armengaud (2006), Guimarães (1983), Silva (2005), Pinto (2006), entre outros. No desenvolver dessa discussão, buscamos verificar a força ilocucionária presente nos atos de fala do sujeito enunciador do programa de formação continuada de professores de Português, Gestar II, proposto pelo Ministério da Educação, aplicado a professores em serviço. O corpus analisado foi extraído de uma seção de um dos cadernos de Teoria e Prática (TP), denominada Avançando na prática, de caráter instrucional, destinada a orientar o professor a aplicar em sala de aula o que estudou ao longo do processo de formação em questão.

Na análise dos recursos linguísticos utilizados pelo enunciador do Gestar II, abordamos o fenômeno da modalização, reconhecendo os modalizadores como recurso importante na produção de efeitos produzidos no texto em questão. E o fazemos respaldados nas contribuições de Koch (2002, 2006) e (Castilho & Castilho, 1993).

No procedimento metodológico aplicado, procedemos inicialmente à seleção do corpus. Em seguida, realizamos a análise da sua materialidade linguística, atentando para o seu enunciador, o que foi por ele enunciado e o modo como o fez. Verificamos ainda o modo de formulação dos enunciados, assim como os recursos linguísticos de que se vale o enunciador para, a partir da classificação dos modalizadores e dos

aspectos diferenciadores dos atos de fala, identificar os efeitos produzidos sobre o interlocutor.

2 A(S) PRAGMÁTICA(S)

A amplitude da Pragmática se faz observar claramente a partir da sua definição enquanto ciência que trata da relação do usuário e a linguagem, o que abre espaço para uma classificação em tipos, conforme apresenta Guimarães (1983) ao declarar a existência de duas direções para essa ciência: uma em que o usuário é considerado apenas para determinar a relação entre a linguagem e o mundo e outra que o considera enquanto tal na sua relação com a linguagem. Esta última se desdobra em uma terceira associada à filosofia da linguagem ordinária. São, portanto, três as vertentes da Pragmática:

A primeira, denominada Pragmática Indicial, condiciona o usuário ao problema da referência, centra-se mais especificamente na relação das sentenças com o contexto e limita-se a tratar de atos como os de ordenar, perguntar e outros, como derivados do ato de informar.

A segunda concebe o usuário apenas como interpretante do signo, construída a partir da perspectiva de Morris, “segundo a qual o usuário é o interpretante do signo, reconhecendo o seu valor de verdade por conviver com as situações em que este é utilizado.” (SILVA, 2005, p.39)

A terceira considera o usuário do signo em relação a outro usuário como interlocutor, não somente como interpretante. Por esse motivo suscita discussões importantes sobre interação que ressaltam o valor do outro na construção da significação. Verifica-se a complexidade dessa terceira vertente no seu desdobramento em três ramos de amplo uso nos estudos da linguagem na atualidade: a Pragmática Conversacional, a Pragmática Ilocucional e a Semântica da Enunciação. Para esse estudo interessam-nos as duas últimas. A segunda por conceber a linguagem como ação entre interlocutores e considerar a intenção do locutor e o seu reconhecimento pelo ouvinte questões fundamentais; e a terceira por considerar a natureza fundamentalmente dialógica da linguagem, tratar da noção de argumentação e abordar na ação ilocucional o modo como o locutor se representa na relação com o seu interlocutor, apontando assim para a posição ocupada pelos interlocutores num dada situação comunicativa, na realização de atos de fala. Sobre esses dois ramos trataremos

a seguir, quando na discussão sobre a Pragmática Ilocucional, destacaremos a Teoria dos atos de Fala, fundamentada nas conferências de Austin, publicadas em 1962, em obra intitulada *How to do things with words*, dois anos após a sua morte.

3. A TEORIA DOS ATOS DE FALA E A NOÇÃO DE PERFORMATIVIDADE

A Teoria dos Atos de Fala tem origem na Filosofia da Linguagem, tendo sido apropriada pela Pragmática num momento posterior. O desenvolvimento dessa teoria deve-se ao reconhecimento da importância da classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin em uma das conferências por ele proferidas na obra destacada anteriormente, em que se verifica claramente a concepção de língua como forma de ação anunciando que “todo dizer é um fazer”. Igualmente importante para o estabelecimento dessa teoria é o conceito de performatividade, que evolui com a discussão sobre a diferença entre os enunciados performativos – capazes de realizar ações quando são ditos –, e os constativos, que se limitam a realizar afirmações sobre algo. Vejamos essa distinção a partir do exemplo a seguir: (1) Eu vos declaro marido e mulher.

Trata-se de um enunciado performativo por realizar uma ação no momento em que é enunciado. Ao enunciar tal dizer o padre ou juiz pode tornar casados aqueles que ali estão com esse propósito, configurando-se assim a performatividade, pois uma ação foi praticada por meio de um enunciado proferido num determinado contexto.

(2) Os convidados emocionaram-se durante a cerimônia. No exemplo acima, a ação já ocorreu e disso decorre o enunciado. Nesse sentido, não ocorre, pois, a performatividade. O estudo comparativo entre os dois tipos de enunciados favoreceu a classificação das ações ou atos linguísticos por meio dos enunciados.

Partindo dessas considerações nas quais o dizer e o fazer se confundem, Austin apresenta três tipos de atos linguísticos denominados atos locucionários, atos ilocucionários e atos perlocucionários.

O ato locucionário consiste na emissão de sons produzidos pelo falante, a partir de regras gramaticais para realizar uma proposição, na qual as palavras se articulam sintaticamente.

O ato ilocucionário atribui a essa proposição, a esse enunciado uma força de ordem, pedido, pergunta, de asserção, de promessa, dependendo do contexto em que é enunciado, a que chamamos força ilocucionária. Tem-se, portanto, no ato ilocucional o

conteúdo proposicional associado á força ilocucionária, explicitada por meio de um performativo. Isso, entretanto, não se constitui condição obrigatória, uma vez que o primeiro pode, segundo estudiosos como Searle (1969) ser realizado de forma implícita, sem o uso do segundo. Desse modo, o ato ilocucionário, “pelo simples fato de ser enunciado, realiza a ação que nomeia” (KOCH, 2000, p. 20).

Um outro aspecto importante abordado por Guimarães (1983) e destacado por Pinto (2006, p. 58) é que os atos ilocucionários “refletem a posição do/a locutor/a em relação ao que ele/a diz”, e, acreditamos, também fazê-lo em relação ao seu interlocutor. Esta noção nos reporta ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte apresentada por Searle (1969, 2002), ao tratar da natureza dos atos a partir das especificidades da sua força ilocucionária, e será de grande importância à análise do corpus a ser apresentado mais adiante. :

Já o ato perlocucionário designa os efeitos e consequências produzidos sobre o interlocutor, como os de persuadir, amedrontar, afligir, entre outros. Tais efeitos, entretanto, podem ocorrer ou não.

Pode-se perceber nitidamente que todo ato de fala é simultaneamente locucional, ilocucional e perlocucionário. Se assim não for, não pode ser considerado como tal, pois sempre que se dá a interação por meio da língua, alguém profere um enunciado provido de uma força produtora de efeitos sobre o interlocutor, ainda que não sejam aqueles pretendidos pelo locutor. Os conceitos e noções relativos à classificação dos atos de fala aqui apresentadas remetem inevitavelmente aos verbos que os exprimem, com eles se confundem e não escapam a uma classificação □ a taxonomia de Austin (1962), que Searle se propôs a desenvolver e aperfeiçoar.

3.1 A TAXONOMIA DE AUSTIN (1962) X A TAXONOMIA DE SEARLE (1969)

Conforme a taxonomia de Austin (1962), os atos ilocucionários podem ser assim classificados de acordo com sua força ilocucionária, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Taxonomia de Austin para os atos ilocucionários

Classificação dos atos	Definição	Verbos que os exprimem
Vereditivos	Aqueles com os quais se faz um veredito sobre um fato oficial ou não oficial.	inocentar, condenar, absolver, calcular, avaliar, analisar, estimar etc.

Exercitativos	Consistem em atos nos quais o falante se posiciona favoravelmente ou contra uma determinada ação.	ordenar, mandar, nomear, demitir, nomear, conceder, aconselhar, proclamar etc.
Compromissivos ou comissivos	Designam atos com os quais o falante se compromete com uma determinada linha de ação.	Prometer, concordar, assegurar, jurar, planejar, consentir, garantir etc.
Comportativos	Relacionam-se a atitudes e comportamentos sociais dos falantes	desculpar-se, agradecer, brindar, compadecer-se, congratular, felicitar, aplaudir, criticar, dar boas vindas etc.
Expositivos	Usados para emitir opiniões, conduzir argumentos, elucidar usos e referências e para a explanação de concepções.	afirmar, negar, informar, ilustrar, responder, relatar, aceitar, formular, classificar, identificar, ilustrar etc.

Essa classificação é tomada como referência por outros estudiosos, entre os quais estão Vanderveken (1985) e Searle (1969), o primeiro a se aventurar na tentativa de sua reelaboração e aperfeiçoamento, desenvolvendo sua própria classificação. A taxonomia do atos ilocucionários (1979). Searle propõe, então, cinco tipos: assertivo, compromissivo, diretivo, declarativo e expressivo, em substituição aos cinco propostos inicialmente por Austin, argumentando ser a taxonomia de Austin considerada “mais como uma base para a discussão do que como um conjunto de resultados estabelecidos.” (SEARLE, 2002, p.12) Uma outra crítica feita por ele à classificação de Austin diz respeito á confusão entre atos e verbos, defendendo que a classificação deve ser aplicada aos atos e não aos verbos, uma vez que nem todos os verbos são ilocucionários, mas apenas alguns deles são providos desta força ilocucionária. Nesse sentido, verbos como considerar, estimar e pretender, para o referido filósofo, são apenas verbos, não atos, por não ter força ilocucionária. Estes teriam, então, objetivo (ponto), mas não apresentam intensidade (força) (PEREIRA, 1999, p. 168).

Uma outra contribuição significativa de Searle (2002) para a teoria dos atos de fala diz respeito aos aspectos diferenciadores desses atos, a partir dos quais deveria se dar a sua classificação, entre os quais podemos citar o *ponto ilocucionário* (objetivo, propósito), *direção da relação* (relação palavra/mundo), *estado psicológico* (relação ato/atitude do falante), *força ilocucionária* (intensidade ou comprometimento com o ponto ilocucionário apresentado), *status do falante/ouvinte* (posição social ocupada por ambos), *interesse do falante/ouvinte*, *relações com o discurso como um todo*, *conteúdo proposicional*, *atos de fala não realizados como ato* (a existência de atos de fala desprovidos

de força ilocucionária), *instituições extralinguísticas*, *verbos com uso performativo ou não*, e finalmente *estilo de realização ao ato* (a ocorrência de verbos que se distinguem apenas pelo estilo da *performance*).

Da definição desses aspectos decorre a sua proposta de uma taxonomia alternativa.

Searle aponta ainda como problema a ausência de consistência nos princípios de classificação austiniana, destacando a incompatibilidade entre os verbos por ele listados e a definição a eles correspondente, resultando numa superposição de categorias. Eis o quadro com a classificação por ele proposta.

Quadro 2: Taxonomia de Searle para os atos ilocucionários

Assertivos	Consiste naqueles com os quais o falante expressa um conteúdo proposicional e se compromete com a verdade expressa, de modo que os membros dessa classe são avaliáveis em verdadeiro ou falso.	Gabar-se, reclamar, concluir, deduzir, sugerir etc.
Diretivos	Seu propósito ilocucionário se manifesta na tentativa do falante de levar o ouvinte a realizar alguma ação.	Pedir, convidar, mandar, rezar, rogar, permitir, aconselhar, afrontar, desafiar, contestar etc.
Compromissivos ou Comissivos	Atos com os quais o falante se compromete a realizar uma ação futura.	Não foram apresentados exemplos pelo autor.
Expressivos	O propósito ilocucionário é expressar um estado psicológico, especificado no conteúdo proposicional.	Agradecer, congratular, desculpar-se, dar pêsames, deplorar, dar as boas vindas etc.
Declarativos	A realização bem-sucedida de um de seus membros assegura a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo.	Definir, intitular, nomear etc.

Sobre os últimos, Pereira (1999, p. 173) declara tratar-se de uma classe que poderia ser definida como “aquela cujos atos dos falantes produzem mudanças no mundo, através de suas colocações.” Em outras palavras: é dizendo que se faz, o que nos remete imediatamente à noção de performatividade.

A relação estabelecida entre os conceitos aqui apresentados, mais especificamente os que dizem respeito aos atos ilocucionais, tem valor indiscutível para a análise do corpus escolhido. Há ainda uma a ser rapidamente abordada aqui.

Trata-se das condições necessárias para que um ato de fala seja bem sucedido e dos aspectos diferenciadores dos atos propostos por Searle, centrados nas especificidades das forças ilocucionárias, correspondentes a eles.

Dos doze aspectos já mencionados, no entanto, destacaremos apenas cinco: *a força ilocucionária, o propósito do ato, o status do falante e do ouvinte, relações com o discurso como um todo e as instituições extralinguísticas*, pelas contribuições possíveis na aplicação ao estudo do *corpus* aqui proposto. Tais noções serão retomadas adiante, na análise do referido *corpus*. Para Searle (1981), os verbos performativos, o modo verbal, a entonação e a ordem das palavras constituem-se processos linguísticos que marcam a força ilocucional de um ato de fala. Isso não ocorrendo, cabe ao contexto determinar a força posta pelo falante ao seu proferimento, realizando-o com determinadas intenções, numa dada situação, sob certas condições de produção.

Uma das críticas dirigidas à Teoria dos atos de Fala é a de que lhe falta uma visão dialógica, uma vez que a noção de ato de fala é excessivamente centrada no falante individual, e desse modo trata da ação, no entanto negligencia a interação. Além disso, também leva em consideração enunciados isolados, deixando de lado sequências maiores de enunciados ou textos, analisados fora de uma situação concreta, de um contexto real de uso. Tem-se em decorrência dessa crítica a Teoria da Atividade Verbal, que curiosamente não escapa dessa mesma crítica, uma vez que o foco das suas investigações recai sobre a figura do locutor, destinando pouca atenção ao papel do interlocutor.

Posicionando-se contrariamente a essa crítica, Silva (2005) apresenta entre outros argumentos o de que, para a referida teoria, a linguagem é concebida como prática e como tal media diferentes ações, que por sua vez são realizadas por sujeitos que “não se restringem a meros emissores e receptores, antes passam a ocupar lugares no circuito da interação, em situação concreta de comunicação.” (SILVA, 2005, p. 86). Explica ainda que a atuação do locutor constitui-se condição *sine qua non* à interação e, apoiando-se no posicionamento bakhtiniano, argumenta que o fato de um locutor emitir um ato de fala já pressupõe a responsividade do seu interlocutor, a exemplo dos atos compromissivos, que denotam a presença do outro e a interação, por extensão. Os últimos conceitos aqui abordados reportam à Semântica da Enunciação, que articula a presença do outro ao sentido do que alguém enuncia aspecto considerado na análise do *corpus*.

4 A MODALIZAÇÃO

Os termos modalidade e modalização são apresentados como sinônimos por Castilho e Castilho (1993), os quais se referem a eles como estratégia em que o falante apresenta o conteúdo proposicional de forma assertiva, interrogativa e jussiva e expressa seu relacionamento com este, avaliando seu teor de verdade e expressando seu julgamento sobre a forma de verbalizar esse conteúdo. Essa definição é reiterada por KOCH (2002, p.136), ao declarar que

[...] Dentro de uma teoria da linguagem que leva em consideração a enunciação, consideram-se modalizadores todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso.

A sua função seria, então, determinar o modo de formulação do enunciado. Esse fenômeno ocorre por meio dos Modalizadores Deônticos, dos Modalizadores Epistêmicos e dos Modalizadores Afetivos.

Os Modalizadores Deônticos são aqueles utilizados quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor e indicam que este considera o seu conteúdo proposicional como um estado de coisas que precisa acontecer obrigatoriamente. Situam-se, portanto, no âmbito da conduta, referindo-se à linguagem das normas, ao que se deve fazer. Segundo Koch (2004), esses modalizadores apontam o grau de imperatividade / facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional. No *corpus* em questão ocorreu a modalização por meio da reiteração da forma verbal *temos de* e dos predicados cristalizados *é importante, é preciso*.

Os Modalizadores Epistêmicos exprimem um julgamento sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Desse modo, “[...] assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação ao fato enunciado.” (KOCH, 2004, p. 136). Castilho & Castilho (1993) classificam esses modalizadores em três subclasses: os Asseverativos, os Quase asseverativos e os Delimitadores. Ao fazer uso dos primeiros o falante indica considerar verdadeiro o conteúdo proposicional por ele apresentado sob a forma de uma afirmação ou negação, sem deixar margem a dúvidas, além de expressar adesão máxima a esse conteúdo. Encontram-se no campo da crença e remetem ao

conhecimento que se tem de um estado de coisas. Foram identificados o asseverativo afirmativo *certamente* e o asseverativo negativo *não* no *corpus* estudado.

Diferentemente, quando utiliza os Quase asseverativos, o falante demonstra considerar o fato enunciado uma hipótese à espera de confirmação, sobre a qual pairam dúvidas. O conteúdo proposicional é avaliado como uma possibilidade epistêmica, apresentando assim uma baixa adesão desse falante à proposição enunciada. Não se verificou a ocorrência de Quase asseverativos no *corpus* em análise – um aspecto revelador, quando se trata de um discurso pedagógico.

Os Delimitadores estabelecem os limites dentro dos quais o conteúdo proposicional deve ser encarado, colocando-o sob uma determinada perspectiva. Castilho & Castilho (1993) atribuem aos Delimitadores uma força ilocucionária maior que os Asseverativos e os Quase asseverativos porque os primeiros trazem implícita uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo. Apresentam como exemplo de Delimitadores: *do ponto de vista de, basicamente, praticamente, geograficamente, historicamente, profissionalmente*, etc. No *corpus* em questão, o locutor não faz uso desse tipo de modalizador.

Finalmente, por meio dos Modalizadores Afetivos, o falante verbaliza as suas reações emotivas em relação ao conteúdo proposicional, exemplificando assim a função emotiva da linguagem. O sujeito enunciativo do texto aqui analisado, que apresentamos a seguir, não faz uso desses modalizadores.

5. ANÁLISE DO CORPUS

Conforme anunciado inicialmente, o nosso *corpus*, um texto de caráter instrucional, pertence a um discurso pedagógico, produzido pelo programa de formação continuada Gestar II (Gestão da Aprendizagem Escolar), promovido pelo Ministério da Educação. Por meio desse texto, o referido programa propõe aos cursistas – seus interlocutores – a realização de atividades apresentadas em um dos seus cadernos de teoria e prática (TP), em uma seção denominada *Avançando na Prática*.

Atividade 2

Leia a transcrição de uma conversa entre uma criança de dois anos e nove meses, sua avó e sua babá.

- Filhinha, você quer ir pra escolinha com a vovó? (fala da vovó)
- Eu vô (vou) com o papai, porque o carro dele é mais grande.
- Uai, Sofia, o carro da vovó é muito maior... (fala da babá)

- Não, o carro do papai é mais bonito.
- Mas, Sofia, o carro da vovó é novinho... (fala da babá)
- Eu vô (vou) no carro do papai, porque o carro dele é todo azulzinho e combina com a roupa da escolinha
- Vamos, filhinha, o papai chegou. Põe a roupinha.
- Eu não sabo pô, não vovó. Me ajuda, vovó.

Avançando na prática 1

Seus alunos de 5ª a 8ª série certamente não falam “mais grande”, nem “sabo”, como a nossa menina. Mas falam ou escrevem formas que temos de tentar modificar. Temos de proceder com eles da mesma maneira pela qual a menininha vai passar a falar “maior” e “sei”: temos de oferecer muitas situações de interação em que as formas aceitas como corretas apareçam, de tal modo que aos poucos os alunos as vão interiorizando. Além da própria conversa com colegas com você mesmo que sutilmente vai introduzindo as formas desejadas, e dos textos escritos você pode montar exercícios em que as formas sejam privilegiadas, se possível em oposição a outras semelhantes, usadas em outros contextos. Veja como proceder.

1. Você percebeu que vários dos seus alunos usam o verbo *ter*, significando existir ou haver, mesmo em situações em que caberia o registro formal ou uso da norma culta. Não adianta “corrigir” a frase do aluno se ele não praticou a forma desejada.
2. Procure textos em que o tal verbo substitui e outros em que não substitui os verbos *haver* ou *existir*. Podem ser textos bem curtos, às vezes, até uma frase, que esclareça bem o seu contexto.
3. Organize exercícios de lacuna ou de reescrita da frase, substituindo os verbos. É importante observar a flexão adequada dos verbos, em cada caso. É importante, também que o contexto seja claro, para que não se substitua o verbo numa frase em que outro cabe melhor, em função do registro.

Avançando na prática 2

Voltemos ao *Avançando na prática* anterior, da seção 1, no qual abordamos o uso que nossos alunos fazem do verbo *ter*, substituindo *haver* ou *existir*, não simplesmente no registro informal, em que isso é perfeitamente cabível, mas nas situações, mas nas situações que requerem a norma culta.

1. Sugerimos-lhe que procurasse vários textos em que se usavam adequadamente os três verbos, conforme o contexto.
2. Sugerimos-lhe, ainda, que organizasse uma série de exercícios de lacuna, ou de reescrita do texto, nesse caso substituindo um verbo por outro.
3. Outra atividade interessante, agora de caráter sobretudo reflexivo, seria pedir aos alunos que, nos textos trazidos por você, trocassem os verbos das frases, especialmente o *ter* no lugar dos outros. Ajude-os a caminhar no sentido de perceber que a frase soará esquisita, com palavras que não se harmonizam. Isso valeria, naturalmente, se a intenção fosse “chocar”, brincar com o interlocutor. Seria, mais ou menos, o efeito do uso de sandálias havaianas com um longo preto.

4. Com relação a esses verbos, seria importante escrevê-los em colunas na lousa e levar os alunos a perceberem as concordâncias diferentes, além da presença ou ausência das preposições.

(Minha casa tem oito pés de jaboticabas. Em minha casa há / existem oito pés de jaboticabas.)

Observação: É preciso que os exemplos sejam em número razoável, para que os alunos possam perceber as regularidades e daí construir uma ideia clara sobre os empregos.

Esse texto foi produzido a fim de oferecer orientações bastante específicas ao professor cursista do Gestar II, para a realização de atividades em sala de aula e integra uma seção de um dos Cadernos de teoria e Prática (TP), voltado para a análise linguística. Esses TPs correspondem aos planos de aula do Gestar II e se propõem a estabelecer uma relação dialógica com o professor em formação. O Gestar II se caracteriza como um programa de formação continuada, orientado para a formação de professores de língua portuguesa, objetivando a melhoria do ensino. Alicerçado numa concepção sociointeracionista do processo de ensino-aprendizagem, tem como foco a atualização dos saberes profissionais, por meio de subsídio e acompanhamento da ação do professor no seu local de trabalho. Baseia-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa dos alunos de 6º a 9º anos, ou 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Sua finalidade é elevar a competência dos professores e de seus alunos e como consequência melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sociocultural.

Visto o contexto em que ocorreram os atos de fala, tratemos agora de aspectos importantes para a sua realização. O locutor, sujeito enunciador, mentor do programa em questão, dirige-se ao professor de língua portuguesa, participante do programa com a intenção de fazê-lo agir na sua sala de aula conforme as instruções apresentadas. A posição que ocupa é a de mentor do programa, e como tal, conhecedor de um saber que se propõe a ensinar, para fazer o seu interlocutor realizar determinadas ações.

O conteúdo proposicional é apresentado de forma assertiva (afirmativa e negativa) em “Você percebeu que vários dos seus alunos usam o verbo *ter*, significando existir ou haver, mesmo em situações em que caberia o registro formal ou uso da norma culta. Não adianta “corrigir” a frase do aluno se ele não praticou a forma desejada.” E de forma jussiva (imperativa) como ocorre no enunciado “Procure textos em que o tal verbo substitui e outros em que não substitui os verbos haver ou existir.” E” Organize exercícios de lacuna ou de reescrita da frase, substituindo os verbos haver

ou existir.” (BRASIL, 2006, p.17) No uso da forma jussiva, por meio dos imperativos, observamos nitidamente a intenção de persuadir o interlocutor a realizar as ações propostas.

Aqui podemos verificar claramente o propósito do ato – o de aconselhar – identificado por meio do uso dos imperativos nos enunciados: “Procure textos em que o tal verbo substitui e outros em que não substitui os verbos haver ou existir.” E “Organize exercícios de lacuna ou de reescrita da frase, substituindo os verbos haver ou existir.” (BRASIL, 2006, p.17) Tal constatação respalda-se em Searle (1969, 2002), para quem o propósito dos pedidos é igual ao dos comandos – o de mobilizar o interlocutor a realizar uma ação futura –, embora as forças ilocucionárias possam ser visivelmente distintas. O autor então declara que “... na mesma dimensão do propósito pode haver graus de força ou compromisso.” (SEARLE, 2002, p.8).

Analogamente, Vanderveken (1985) afirma que um ponto ilocucional pode ser revelado com graus de intensidade distintos. Defende, portanto, a existência de sete componentes que constituem cada força ilocucional, a saber: um ponto ilocucional, um modo de realização desse ponto, um conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e dois graus de intensidade: do ponto ilocucional e das condições de sinceridade. Desse modo, nas palavras do autor, duas ou mais “... forças ilocucionais só serão idênticas se e somente se forem idênticas em relação as estes componentes.” (VANDERVEKEN, 1985, p.173)

Autoriza-nos ainda a essa constatação o reconhecimento dos aspectos diferenciadores dos atos de fala, conforme classificação de Searle (1981), o reconhecimento das diferentes posições sociais ou institucionais ocupadas pelos interlocutores, e as condições em que ocorre a situação comunicativa. Nesse contexto cabe ao professor, uma vez integrado ao processo de formação, atender ao que lhe é proposto. Assim o status do falante/ouvinte aponta para uma hierarquia, semelhante àquela existente na relação professor – aluno, de onde se pode perceber a existência de uma instituição extralinguística que confere ao locutor autoridade para dirigir-se ao seu interlocutor, utilizando verbos no modo imperativo, providos de uma força ilocucionária própria do propósito de aconselhar. A posição institucional do primeiro como representante do Ministério da Educação o autoriza a fazê-lo, possibilitando que o ato seja feliz.

Entendemos, nesse caso, tratar-se de atos diretivos e identificamos neles a força ilocucionária de aconselhar, considerando as suas relações com o discurso como um todo, e o contexto discursivo que o ocasionou.

Conforme dito anteriormente, esse programa se fundamenta numa concepção sociointeracionista de ensino aprendizagem e como tal, conforme declara em seu Guia Geral, não considera a existência de um detentor do conhecimento nem de um mero receptor nesse processo (BRASIL, 2006, p.22).

No decorrer das ações ilocucionais, tal propósito e o grau de sua força se confirmam em proposições como: “Você **pode** montar exercícios em que as formas sejam privilegiadas, *se possível* em oposição a outras semelhantes usadas em outros contextos.” Ou em: “**É importante** observar a flexão adequada dos verbos em cada caso. **É importante**, também, que o contexto seja claro, para que não se substitua o verbo numa frase em que outro cabe melhor, em função do registro.” e ainda “**É preciso** que os exemplos sejam em número razoável, para que os alunos possam perceber as regularidades e daí construir uma ideia clara sobre os empregos.” Nessas proposições, a força ilocucionária no uso do imperativo é abrandada com o uso do auxiliar modal (pode) e dos predicativos cristalizados (é importante, é preciso) destacados respectivamente.

Tal abrandamento é reforçado quando o locutor traduz toda a ação imperativa realizada na primeira seção, caracterizada pelo uso dos verbos no imperativo (procure, organize) como sugestão, na seção *Avançando na Prática 2*, da qual foram extraídas as proposições a seguir, já apresentadas no *corpus*:

1. “Sugerimos-lhe que procurasse vários textos em que se usavam adequadamente os três verbos, conforme o contexto.”
2. “Sugerimos-lhe, ainda, que organizasse uma série de exercícios de lacuna, ou de reescrita de texto, nesse caso substituindo um verbo por outro.” (BRASIL, 2006, p.24).

As ações ilocucionais aqui realizadas também se caracterizam como atos assertivos em “**Temos de** proceder com eles da mesma maneira pela qual a menininha vai passar a falar ‘maior’ e ‘sei’, “**temos de** oferecer muitas situações de interação em que as formas aceitas como corretas apareçam de tal modo que aos poucos os alunos as vão interiorizando.” E ainda “**Não** adianta ‘corrigir’ a frase do aluno se ele não praticou a forma desejada.”, nos quais ocorre a modalização, por meio dos Modalizadores

Deônticos e os Modalizadores Epistêmicos, respectivamente. Desse modo, o locutor compromete-se com a verdade expressa em seu conteúdo proposicional, e este pode ser avaliado em verdadeiro ou falso.

Ao utilizar-se dos Modalizadores Deônticos (temos de) nas duas primeiras proposições, o enunciador expressa a intenção de exercer forte influência sobre o seu interlocutor, por considerar aquilo que diz um estado de coisas que precisa acontecer obrigatoriamente. Estes modalizadores podem ser representados pelo predicador “tem que P”, imprimindo ao fato enunciado um alto grau de imperatividade.

Temos na terceira proposição, então, o emprego do asseverativo negativo (não), em que se pode perceber que os Modalizadores Epistêmicos assinalam o comprometimento do locutor com relação aos fatos enunciados e o grau de certeza com relação a estes. (KOCH, 2004) Por meio deles o falante expressa a sua adesão máxima ao conteúdo, além de produzir um efeito de ênfase do conteúdo proposicional, podendo ser os asseverativos representados pelo predicador assertivo ‘ eu sei [tenho certeza] que P’. (CASTILHO; CASTILHO, 1993)

Como convém a todo ato, aqueles aqui abordados são ao mesmo tempo locucionários, ilocucionários e perlocucionários, por serem proferidos obedecendo a certas regras gramaticais, dotados de uma determinada força ilocucional com o objetivo de influenciar o comportamento do interlocutor e com isso produzir efeitos como os de persuadir, intervir no seu fazer pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos propusemos a apresentar alguns dos diversos conceitos e noções que permeiam a fundamentação da Pragmática Ilocucional e da Teoria dos Atos de Fala, assim como a relação entre eles existente, o que possibilitou perceber a sua complexidade e importância para o estudo dos fenômenos linguísticos relacionados ao seu usuário e construir uma concepção de linguagem enquanto forma de ação. Nesse percurso partiu-se do conceito de Pragmática, passando pelas suas vertentes até chegarmos à Teoria dos Atos de Fala, considerando também as críticas a ela dirigidas. A modalização insere-se nesse estudo como recurso importante para a análise dos recursos linguísticos dos quais se vale o enunciador para a produção dos efeitos sobre o seu interlocutor.

Nos atos de fala aqui analisados, é possível observar por meio da modalização, o campo da necessidade, da certeza, do imperativo, das normas. Verificamos um alto grau de engajamento do locutor em relação a sua proposição e a intenção de persuadir o seu interlocutor com argumentos apresentados como indiscutíveis. Para tornar a argumentação mais convincente, utiliza em larga escala os Modalizadores Deônticos.

A realização de uma análise na perspectiva da Pragmática Ilocucional favoreceu a compreensão de que o ato de fala resulta da combinação de uma proposição provida de um certo conteúdo semântico relacionado aos fatos do mundo, e da força ilocucionária a ela atribuída. A ação ilocucionária compreende, portanto, a presença de um locutor e o seu interlocutor, as intenções dos seus dizeres e as estratégias utilizadas por eles para produzirem os mais diversos efeitos sobre o outro, numa determinada situação comunicativa.

REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Tradução de Márcio Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola programa Gestão da aprendizagem Escolar Gestar II. **Guia Geral**. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola. Programa Gestão da aprendizagem Escolar Gestar II. **TP2 - Análise Linguística e Análise Literária**. Brasília, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo R. J. Sobre os caminhos da Pragmática. Sobre Pragmática. **Revista das Faculdades Integradas de Uberaba - FIUBE**. Série Estudos - 9, 1983, p. 15-28
- KOCH, Ingedore V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2000.
- PEREIRA, Tânia; GRAY, Adriana. A teoria dos atos de fala: da abordagem clássica à abordagem interacionista. In: CARNEIRO, Marisa. **Pistas e travessias: bases para o estudo da linguagem**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999. p.161-182
- PINTO, Joana P. Pragmática In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 47-68
- SEARLE, John Searle. **Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala**. (tradução de Ana Cecília A. de Camargo e Ana Luíza Marcondes Garcia) São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, John Searle. **Os actos de fala - um ensaio de filosofia da linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, John Searle. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SILVA, Leilane Ramos da. *Pragmática: O estatuto discursivo das CLC(D)S: um diálogo com a teoria dos atos de fala*. Tese de doutorado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Letras / UFPB, 2005.

VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? In: **DASCAL**, Marcelo (Org.) *Cadernos de estudos linguísticos*. Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem. Campinas: UNICAMP, 1985, p.173-194.